

Piauí, do jegue à Hilux

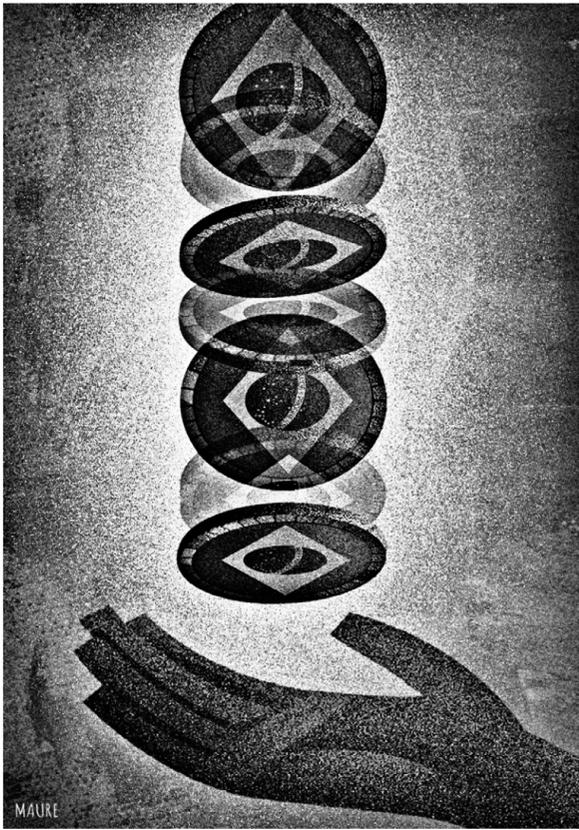
» WELLINGTON DIAS
Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

No meio da Serra das Confusões, existe uma cidade que não é mais a mesma de 20 anos atrás. Guaribas (PI), município que, em 2003, foi o primeiro do Brasil a receber o Fome Zero, hoje é um exemplo emblemático do impacto positivo das políticas públicas na transformação social.

“Do jegue à Hilux”, Irineu Maia foi uma das muitas pessoas de Guaribas que teve a vida transformada nos últimos anos. Em 2001, aos 43 anos, foi para São Paulo em busca de melhores condições de vida: na época, a situação era muito triste, lembra. O trabalho, quando tinha, era na roça. Porém, em 2003, as coisas começaram a mudar em Guaribas, conta orgulhoso. Ele lembra que, quando morava no interior do Piauí, antes de ir para São Paulo, andava de jumento. Ainda em terras paulistas, os contêrreos começaram a relatar as transformações que a cidade estava vivendo com a chegada dos programas sociais. Foi aí que decidiu voltar: “Porque os daqui, de Guaribas, estavam melhor que eu lá em São Paulo”.

A cidade que um dia foi o município com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil voltou a enxergar um futuro. E seus moradores, também. Irineu voltou para a cidade natal em 2006, casou e teve filhos. Com os programas sociais, como o Bolsa Família, apoiando, a vida de todos prosperou. “Ajudou muito, a gente podia montar um negócio e ter pra quem vender”. Empreendedor nato, já teve na cidade uma loja de roupas, uma churrascaria e hoje tem um hotel. Ele achava que nunca veria sequer asfalto na cidade e, hoje, anda de Hilux. Para o futuro, sonha com os estudos dos filhos. “Falo para eles: estudem, estudem. No meu tempo, não tinha como.”

Nos últimos 20 anos, o Piauí deu um salto notável, saindo da categoria de baixo desenvolvimento humano para a de alto. Segundo o IDH, que mede o bem-estar da população, o estado passou de 0,48 em 2000 para 0,71 em 2020,



um crescimento de 48%. Esse avanço coloca o Piauí na faixa de desenvolvimento humano alto, segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

O Piauí viveu toda essa transformação impulsionado pela universalização de programas de transferência de renda, como o Fome Zero, e, posteriormente, o Bolsa Família. E esses dados são confirmados pelo estudo Mapeamento dos índices de desenvolvimento social, desenvolvido pelo pesquisador do Pnud Antônio Claret.

Os ótimos resultados do Piauí são uma combinação de fatores e de políticas públicas que tiveram um papel muito relevante. Atuação de múltiplos atores — governamentais, sociais, empresariais — em várias frentes, proteção da pobreza, acesso à segurança alimentar, educação de qualidade,

tudo junto no mesmo balaio foi fundamental para o resultado alcançado.

O crescimento do PIB, a participação do estado no PIB nacional e a redução da desigualdade de renda foram fatores determinantes para o aumento do IDH. A renda média do piauiense, medida pelo PIB per capita, cresceu 64% entre 2002 e 2022, enquanto a diferença entre a média nacional e a do estado diminuiu significativamente.

No Piauí, o Índice de Gini, que mede a concentração de renda, caiu de 0,61 em 2010 para 0,52 em 2021, indicando uma distribuição mais justa da riqueza. A pobreza também recuou consideravelmente: o percentual da população em situação de pobreza e extrema pobreza caiu 70% entre 2000 e 2013.

O Piauí também obteve resultados expressivos na área da educação. O analfabetismo caiu pela metade entre 2000 e 2021, enquanto a taxa de conclusão do ensino fundamental pela população adulta mais que dobrou. O estado lidera o ranking nacional de crianças na escola desde 2019, com 97% das crianças de 5 a 6 anos frequentando essas instituições.

O desempenho dos estudantes também melhorou consideravelmente. O Piauí ultrapassou a média da Região Nordeste nos anos iniciais do ensino fundamental e está acima das projeções do Ministério da Educação. Nos anos finais do ensino fundamental, a nota geral do estado supera a média regional e acompanha as projeções oficiais.

Digo, com orgulho, que o Piauí trilhou um caminho notável de desenvolvimento humano nas últimas duas décadas. Ao manter o foco em políticas públicas eficazes e na busca constante por melhorias, o estado chegou a níveis que muitos achavam não serem possíveis. Mas ainda há muito por fazer, muitos sonhos a serem realizados. E, com o auxílio de políticas públicas integradas, não há limites para os moradores de Guaribas, do Piauí e de todo o Brasil.

RS: entre a desinformação e uma nova lei para plataformas digitais

» FABRÍCIO B PASQUOT POLIDO

Advogado, professor-associado de direito internacional, direito comparado e novas tecnologias da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Plataformas digitais, como as redes sociais, têm sido palco de produção e disseminação de notícias falsas sobre as chuvas no Rio Grande do Sul (RS) e negacionismo climático, aproveitando a desordem e a incerteza para ampliar os rumos da catástrofe. Não comovidas ou sensibilizadas com a real tragédia humanitária vivenciadas pelas vítimas e famílias afetadas, as campanhas de desinformação buscam principalmente desacreditar instituições públicas. Aproveitam-se do ambiente digital para divulgar a existência de supostas medidas autoritárias levadas a cabo por governos estadual e federal, inércia do Exército e promoção de críticas políticas diante da crise que se instalou nas cidades gaúchas, nas últimas semanas.

De outro lado, comprometidos pesquisadores de Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT) brasileiros já identificaram o padrão nessas fake news. Eles destacam que a maioria envolve discussões políticas, factoides e acusações contra autoridades governamentais. Nesse sentido, o objetivo da ofensiva desinformativa é o de, deliberadamente, manipular a opinião pública, colocar em xeque a aplicação das leis e a credibilidade das instituições, além de fazer com que seja mais difícil — e isso parece ser o mais perverso — a tomada de decisões pelas próprias famílias afetadas. A máquina da inverdade alimenta a insegurança e coloca em risco a integridade física, psíquica e mesmo financeira dos vulneráveis, que deixam, muitas vezes, de seguir para locais mais seguros que possam dar-lhes abrigo e restabelecer suas vidas.

Influenciadores midiáticos também estiveram no palco do que poderíamos chamar de atrocidades digitais. Em 7 de maio,

o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom) enviou um ofício ao Ministério da Justiça e Segurança Pública para requerer a investigação de perfis e contas em redes sociais que propagam informações falsas sobre as operações de resgate no RS. Em resposta, em 10 de maio, o Ministério da Justiça requisitou à Polícia Federal que investigasse as informações disseminadas nas redes sociais. O inquérito sobre o assunto no Supremo Tribunal Federal (STF) está sob a relatoria da ministra Cármen Lúcia e permanece em sigilo, o que parece abrir mais uma trincheira para ataques ao nosso STF, que apareceria não como guardião da Constituição, mas como “alcoz” da liberdade da expressão, na visão de extremistas on-line e plataformas digitais. No fundo, tudo mais uma grande falácia jogada para a plateia de uma cínica ignorância.

Por esses e tantos absurdos, a desinformação e a polarização política à la carte no Brasil não deixam de ser ecoados internacionalmente. Especialistas destacam a onda de negacionismo sobre a emergência climática por parte de grupos brasileiros, que chegam a culpar governos e instituições científicas por “tragédias planejadas” ou orquestradas. Em debates sobre mudanças climáticas, aquecimento global, o exemplo brasileiro é destacado para alertar sobre a gravidade dos problemas e como as campanhas desinformativas minam todos os esforços para combatê-lo. Para os que não se convenceram, experimentamos o pior paradoxo da “sociedade do desconhecimento” de nossos tempos, na convocação feita a partir das obras dos filósofos Gonçal Mayos e Daniel Innerarity.

As redes sociais, por sua vez, têm desempenhado um papel crucial na mobilização de voluntários e na arrecadação de

donativos para as vítimas do desastre humanitário no RS. No entanto, são elas também o veículo e terreno fértil para a produção e propagação de fake news. Várias questões até aqui pressionarão as plataformas digitais a revisar suas políticas de moderação de conteúdo, além de prioridades adiante. Soluções propostas já incluem parcerias com agências de verificação de fatos para identificar e desmentir rapidamente informações falsas, além da priorização de conteúdos provenientes de fontes confiáveis, como organizações humanitárias e governamentais.

Evidentemente, tudo isso importa, mas será urgente que órgãos de aplicação das leis, como Ministério Público e Polícia Federal, em colaboração com tribunais e auxiliares da Justiça e Poder Executivo, caminhem com medidas emergenciais institucionais e legais para recuperação da integridade da informação no ambiente digital e proteção da integridade das vítimas. Curiosamente, isso ainda passa pelo recurso a instrumentos legais no direito brasileiro, como a Constituição, tratados e convenções de que o Brasil é parte e o próprio Marco Civil da Internet, celebrando seus 10 anos de vigência.

Por isso mesmo, não bastaria a criação de um canal direto de comunicação entre governo e plataformas para notificar e remover conteúdos falsos ou a rotulagem de publicações desinformativas. Isso porque vítimas e afetados no Rio Grande do Sul, hoje, já são triplamente vulneráveis no percurso da tragédia ocorrida: vulneráveis do ponto de vista físico, psíquico e digital. Parece ser crucial, a esta altura, elevar o nível do debate e das ações institucionais para que elas estejam presentes nos trabalhos do Congresso Nacional em uma nova diretriz (se houver?) de regulamentação das plataformas digitais.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (Interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Libertinagem arquitetônica

Infelizmente, o Governo do Distrito Federal não possui ainda uma secretaria, com status executivo pleno, para cuidar especificamente da área tombada de Brasília e dos protocolos que instituíram esses espaços como Patrimônio Cultural da Humanidade, conforme decidido pela Unesco em 1987.

De lá para cá, por mais que as autoridades neguem, foram diversas alterações no plano original, o que levou aquele órgão da ONU a alertar para os riscos de a capital vir a perder esse título. Lembrando aqui, que com seus 112,25Km², essa é a maior área tombada do mundo, o que confere aos seus governantes uma responsabilidade ainda maior e um compromisso, não só com a cidade e seus habitantes, com todo o mundo civilizado.

Ao contrário do que muitos políticos locais costumam dizer, o tombamento da capital, fato inédito e que deve nos orgulhar, não configura necessariamente um engessamento da cidade e a impossibilidade de mantê-la dentro das exigências urbanas de uma capital moderna e funcional. Há riscos constantes sendo perpetrados contra esse tombamento. A maioria, evidentemente, parte de políticos locais e de empresários em busca de lucros e vantagens diversas a todo custo.

Os seguidos Planos de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCUB) são sempre um motivo de preocupação para a população e para todos os que amam a cidade e a viram nascer. A falta de uma secretaria autônoma especializada em cuidar da tarefa do tombamento dessa imensa área, dotada de amplas poderes no que concerne as diretrizes da Unesco, é visível, bastando o leitor ou interessado circular pelas diversas localidades dentro do chamado Plano Piloto e cercanias.

Nas superquadras e em outros endereços espalhados pela cidade, multiplicam-se os quiosques de lata, onde são vendidos todo tipo de mercadorias. A invasão desses verdadeiros barracos de lata ocorre até nos pontos de parada de ônibus, desvirtuando e enfeando a cidade, transformando-a numa desordenada grande feira a céu aberto.

As avenidas W3 Sul e Norte formam hoje um retrato desse abandono e da proliferação de invasões improvisadas e de puxadinhos que se prolongam, sem cerimônia, pelas áreas públicas. Os comércios locais, com raríssimas exceções, vão se expandindo pelo entorno, alterando o desenho original da cidade, dificultando a passagem de pedestres, além de alterar e depredar as áreas verdes, importantíssimas para o complemento paisagístico da cidade e para o conforto ambiental.

A poluição em suas variadas formas é outra consequência da falta de fiscalização e de um maior rigor nas posturas urbanas. Letreiros de lojas invadem todo e qualquer espaço, sem regras e de muito mau gosto. Somam-se a esses problemas a questão das pichações que estão por toda parte, mostrando ao brasiliense que a cidade é uma terra sem lei e sem xerife. Não é preciso lembrar que a decadência urbanística da capital é, também, uma porta escancarada para que criminosos ocupem as ruas. A questão é simples: onde não há organização urbana, lixo por toda a parte, falta de iluminação, de disciplina ou de posturas, os delinquentes entendem que aquela área está abandonada e, portanto, têm sinal verde para a desordem e para o cometimento de crimes.

Como se não bastassem esses cenários de franca decadência que vão contaminando a cidade, a mendicância parece ter tomado conta do Plano Piloto e das áreas verdes, onde passaram a viver livremente sem serem incomodados pelo poder público. Ao longo de todo o Eixão é visível a instalação de inúmeras barracas abrigando moradores em situação de rua. Tudo, nestes tempos nebulosos, parece permitido, inclusive tolher a liberdade de ir e vir dos brasilienses, de andar pelas ruas sem ser furtado ou abordado.

De certo que essa não era a cidade sonhada por seus idealizadores. Entregue à própria sorte, Brasília parece ir de encontro a um processo acelerado de decrepitude precoce, sem que nada nem ninguém impeça essa marcha fúnebre.

» A frase que foi pronunciada

“Espaço, luz e ordem. Essas são as coisas de que os homens precisam tanto quanto de pão ou de um lugar para dormir”

Le Corbusier

Sem freios

» Constantemente recebemos mensagens de amigos e familiares mostrando o telefone clonado para alertar a não enviar dinheiro. Até o ex-governador Rodrigo Rollemberg foi vítima desse tipo de quadrilha. Operadoras de celular e bancos têm recursos para evitar esse tipo de crime. Resta saber por que não o fazem.

Direito humano

» Em mudança para os Estados Unidos, cidadã brasileira ficou impressionada. Antes de escolher a casa, uma amiga a orientou a pesquisar na página *Family Watchdog*. Lá, os pagadores de impostos têm à disposição um mapa da cidade com marcadores em todas as residências de pessoas que já foram presas ou acusadas de molestarem crianças. Mesmo que esses criminosos já tenham cumprido a pena, continuam marcados. A segurança da criança vem em primeiro lugar.

» História de Brasília

Os japoneses que foram expulsos da W-4 estão explorando o pessoal do Gavião. Para mostrar que é verdade, um quilo de tomate no supermercado custa 45 cruzeiros, e na Kombi do japonês custa 90 cruzeiros. Isto, sem falar do resto. (Publicada em 08.04.1962)